

# Empresas Indústria

**Base florestal** Para se viabilizar, modelo demandará reforma regulatória

## BNDES estuda concessões com crédito de carbono

Tais Hirata  
De São Paulo

O BNDES iniciou estudos para viabilizar concessões florestais com base na comercialização de créditos de carbono. O banco de fomento já atua em projetos ambientais, com a licitação de parques, para turismo, e de florestas, com foco em manejo sustentável. A ideia, porém, é ampliar as formas de gerar receitas a partir da preservação, segundo Pedro Bruno Souza, superintendente de Parcerias em Infraestrutura Social e Serviços Ambientais.

Para viabilizar esse modelo, será preciso estruturar um arcabouço regulatório e jurídico para os contratos, já que hoje há restrições. Por exemplo, a legislação proíbe a venda de créditos de carbono em concessões florestais.

A ideia é que os estudos dessa etapa inicial sejam concluídos até dezembro, para que iniciativas específicas possam ser estruturadas a partir de 2023. A estimativa inicial do banco é fazer três projetos-piloto, com cerca de 1,6 milhão de hectares — estes, porém, ainda não foram de-

finidos. “O Brasil tem um potencial enorme para esse mercado, mas antes é preciso garantir segurança jurídica ao modelo”, afirma o superintendente.

Souza destaca que o crédito de carbono é apenas uma das modalidades de receita que poderão ser desenvolvidas. “É possível gerar créditos pela conservação da bacia hidrográfica, pela preservação de espécies endêmicas da região. Tudo isso tem valor. E, cada vez mais, há empresas dispostas a pagar por isso. A questão é quanto vale garantir a preservação.”

**Projetos de concessão florestal avançam, com foco em manejo sustentável; edital no Sul deve sair neste ano**

Em paralelo a esses estudos, o BNDES tem avançado com novos projetos de concessões florestais, baseados no manejo sustentável, ou seja, na extração de produtos madeireiros e não madeireiros de forma controlada — algo que

já é uma realidade no país.

O banco planeja lançar ainda neste ano o edital do Bloco 1 de florestas nacionais, com três atos na região Sul. O projeto está em análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas o leilão seria viável apenas em 2023.

Há ainda outros dois lotes em estruturação pelo banco, de florestas amazônicas, mas em etapas mais avançadas. Os projetos são feitos em parceria com o Ministério de Meio Ambiente, e a regulação, no âmbito federal, fica a cargo do Serviço Florestal Brasileiro.

Nas concessões, a ideia é que o concessionário faça investimentos para apoiar a fiscalização — que segue a cargo de autoridades públicas —, com a construção de infraestrutura e compra de equipamentos, por exemplo, postos de vigilância e aparelhos de monitoramento.

Além disso, as concessões devem destinar recursos e apoiar as comunidades que vivem nas áreas. “Não adianta você virar para o cara que extrai madeira ilegal e dizer que não pode mais. É preciso criar um caminho para que essa pessoa migre para uma ativi-

dade que preserve. Então a assistência técnica para agroflorestas, para ensinar que plantar determinados produtos vai render mais, é uma das obrigações.”

Atualmente, nenhum dos projetos em análise pelo BNDES inclui territórios indígenas.

O modelo de concessões florestais, autorizado por lei em 2006, tem sido bem avaliado como uma forma de estimular a preservação, segundo Leonardo Sobral, da equipe de cadeias e restauração florestal do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), uma associação sem fins lucrativos.

“É comprovado que o modelo serve como barreira ao desmatamento. Se uma área não tem uso, a chance de ser invadida é maior. A partir do momento em que a concessão se estabelece, há uma série de ações que fazem com que o problema não avance”, diz o executivo do BNDES. Para ele, inclusive, as concessões poderiam ter avançado mais nos últimos anos. “É uma agenda que precisa ser fortalecida.”

Em relação ao modelo de créditos de carbono, Sobral avalia

### Projetos florestais

BNDES planeja concessões com foco em manejo sustentável

#### Bloco 2 - Florestas Amazônia

Investimento previsto: R\$ 500 milhões (é o valor somado dos 2)

#### Bloco 2.1

Floresta Jatuarana – 485 mil ha  
Floresta Pau Rosa – 250 mil ha  
Floresta Castanho – 151 mil ha

Situação: Consultas públicas realizadas em junho de 2022

#### Bloco 2.2

Floresta Balata-Tufari – 626 mil ha

Floresta Iquiri – 854 mil ha

Situação: Consultas públicas a partir

#### Bloco 1 - Flonas Sul

Floresta Chapecó/SC – 1 mil ha

Floresta Iratí/PR – 3 mil ha

Floresta Três Barras/SC – 2,6 mil ha

Investimento previsto: R\$ 50 milhões

Situação: Projeto enviado em julho para análise no TCU

Fonte: BNDES

que pode ser uma forma interessante de ampliar a viabilidade das concessões — se bem feito. Ele destaca, porém, que é preciso garantir uma boa execução do projeto, com um mapeamento adequado das comunidades tradicionais da área e um cálculo adequado dos benefícios gerados.

“Em uma área que está sob pressão de desmatamento, a adicionalidade é relevante. Mas se é uma região de acesso difícil, que não está sob pressão, não há adicionalidade [ou seja, um impacto positivo de preservação que não existiria se não fosse pelo projeto em questão]. Essa regulação vai ter que ser discutida.”

Além das concessões florestais, o BNDES tem feito uma série de projetos de parques nacionais e estaduais, com foco em turismo, mas que, futuramente, também poderão incluir a comercialização de créditos de carbono, à medida que o mercado amadureça, afirma Souza.

Neste ano, já foram feitas cinco licitações do segmento pelo BNDES, entre elas a do Parque Nacional do Iguaçu. A mais recente foi realizada na última sexta-feira (16), do Parque Estadual Serra do Conduru, na Bahia, vencida pela empresa Farah Service. Até o fim do ano há outros cinco parques que poderão ser leiloados.

